



RESOLUÇÃO Nº 098/2019

Institui nova Política Regional de REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA  
TRIBUTÁRIA – REFIS no âmbito do CREF5.

O Plenário do Conselho Regional de Educação Física – CREF5, no uso das atribuições estatutárias, conforme o inciso II do art. 30, do Estatuto do CREF5/CE;

**CONSIDERANDO** que as normas da Lei Federal nº 12.514/2011, em seu art. 6º, § 2º, atribuiu aos Conselhos a competência para estabelecer as regras de recuperação de créditos e isenções tributárias;

**CONSIDERANDO** que a eficiência na arrecadação tributária decorre de maiores e melhores condições oferecidas ao contribuinte que deva se adequar aos custos da operação jurídica necessária para o executivo fiscal;

**CONSIDERANDO** o atual estoque da dívida ativa decorrente de inadimplemento, por parte dos profissionais, de suas obrigações tributárias devidas ao Sistema CONFEF-CREFs;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Regional de Educação Física é o órgão competente para a arrecadação no sistema CONFEF/CREFs;

**CONSIDERANDO** a Resolução CONFEF nº353/2018, que dispõe sobre as anuidades devidas ao Sistema CONFEF/CREFs;

**CONSIDERANDO** a Resolução CREF5 nº 95/2018, que dispõe sobre as anuidades devidas no âmbito do CREF5;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso IV do artigo 33 e no inciso VI do artigo 61, ambos do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF;

**CONSIDERANDO** o decidido pelo Plenário do CREF5/CE em Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 19 de janeiro de 2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º O Conselho Regional de Educação Física da Quinta Região – CREF5, institui a presente Política Nacional de Refinanciamento de Débito Tributário – REFIS no âmbito do CREF5, cujos procedimentos administrativos deverão ser observados no disposto na presente Resolução.

Art. 2º O CREF5 divulgará, pelos meios que melhor alcancem os profissionais e as pessoas jurídicas, devidamente inscritas, a abertura do prazo para que o devedor de taxas,





emolumentos, anuidades e multas, inscritas ou não na dívida ativa, possam requerer sua adesão ao Plano Regional de Refinanciamento, nos termos da presente Resolução.

§ Único - O CREF5 terá, a partir da vigência da presente Resolução, o prazo de até 31/12/2019, dias para promover a adesão prevista no presente artigo.

Art. 3º Os débitos sujeitos à presente Política Regional de REFIS, limitam-se as anuidades anteriores ao ano de 2019.

§ 1º Os referidos débitos poderão ser parcelados, a critério do CREF5, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com isenção de juros e correção monetária, respeitando-se o valor mínimo de parcela de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 2º Os valores deverão ser apurados na data do requerimento formal de REFIS.

§ 3º As parcelas deverão ser pagas mediante expedição de boleto bancário pelo CREF5.

§ 4º No caso de REFIS realizado em débitos já ajuizados, o CREF5 promoverá termo de acordo com confissão de dívida, dotado de força executiva, com pedido expresso de suspensão do processo de execução fiscal e ou protestados, pelo período do parcelamento requerido.

§ 5º No caso de atraso de qualquer parcela, o CREF5 requererá o prosseguimento da execução fiscal, nos termos do acordo realizado judicialmente, hipótese em que haverá a antecipação de todo o débito e a extinção do benefício de isenção de juros e correção monetária.

§ 6º No caso de parcelamento de débito, ainda não ajuizado, mas já inscrito em Dívida Ativa, e havendo inadimplemento quanto ao parcelamento, o CREF5 deverá promover a execução fiscal de todo o débito confessado e não adimplido, hipótese em que haverá a antecipação de todo o débito e a extinção do benefício de isenção de juros e correção monetária.

§ 7º - No caso dos devedores com dívidas ativas protestadas, para sua adesão ao presente REFIS, os mesmos deverão arcar com as custas emolumentos e demais taxas cartorárias, para o efetivo cancelamento do protesto, ficando ao encargo exclusivo do profissional e ao representante da Pessoa Jurídica devedora, a diligenciar junto ao cartório para requerer a baixa do protesto.

§ 8º - Após a adesão firmada, com pagamento da primeira parcela o CREF5, fornecerá a Carta de Anuência para a retirada do gravame junto ao Cartório.

Art. 4º Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do CREF5.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor no dia da sua publicação no DOU.

Jorge Henrique Monteiro  
Presidente CREF5

